



## **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA: COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO BRASIL**

Maximilino José Carvalho Varjão <sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo apresenta como problema de pesquisa: quais desafios para inclusão dos jovens e adultos no desenvolvimento de políticas públicas na modalidade EJA? Apresentando objetivo geral mais específico em evidenciar a importância de políticas públicas eficazes para a inclusão dos alunos jovens e adultos na modalidade EJA na Rede Pública e Regular de Ensino. No que se concerne à natureza desse trabalho de pesquisa, é de revisão bibliográfica e exploratória, sendo realizada a pesquisa entre março a julho de 2020. No que diz respeito à legislação nacional, mais precisamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o direito de acesso e permanência à educação de qualidade é assegurado e a obrigatoriedade da gratuidade do ensino de EJA. Para tanto, a implementação de políticas públicas educacionais é de grande importância e para que as mesmas tenham bom êxito e alcance dos seus objetivos, é imprescindível a existência de um ambiente próprio do fazer educacional, que é a escola, que funciona como uma comunidade, articulando partes distintas de um processo complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado. Um novo pensar sobre a EJA traz para o âmbito escolar questões sobre o histórico do aluno, pois, existem muitos motivos que levam esses alunos a desistirem, bem como retornar a estudar. Logo, a modalidade de ensino EJA vem possibilitar atendimento a um público ao qual foi negado o direito à educação durante um período da vida seja por deficiência do sistema de ensino regular e por questões pessoais do aluno.

**Palavras-chave:** Educação de jovens e adultos, Inclusão, Políticas públicas, Educação regular.

### **ABSTRACT**

The present article presents as a research problem: what challenges for the inclusion of youth and adults in the development of public policies in the EJA modality? Presenting a more specific general objective in highlighting the importance of effective public policies for the inclusion of young and adult students in the EJA modality in the Public and Regular Education Network. Regarding the nature of this research work, it is a bibliographic and exploratory review, with the research being carried out between March and July 2020. With regard to national legislation, more precisely the Law of Directives and Bases of National Education, the right of access and permanence to quality education is ensured and the mandatory free education of EJA is mandatory. Therefore, the implementation of public educational policies is of great importance and for them to be successful and achieve their goals, it is essential to have an environment of educational action, which is the school, which functions as a community,

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Ciências da Educação da Universidad Interamericana - PY, maximilianovarjao@gmail.com.



articulating different parts of a complex process: students, teachers, servants, parents, neighborhood and state. A new thinking about EJA brings questions about the student's history to the school environment, because there are many reasons that lead these students to give up, as well as return to study. Therefore, the EJA teaching modality makes it possible to serve a public that has been denied the right to education during a period of life, either due to a deficiency in the regular education system and due to the student's personal issues.

**Key words:** Youth and adult education, Inclusion, Public policies, Regular education.

## RESUMEN

El presente artículo se presenta como un problema de investigación: ¿qué desafíos para la inclusión de jóvenes y adultos en el desarrollo de políticas públicas en la modalidad EJA? Presentar un objetivo general más específico para resaltar la importancia de políticas públicas efectivas para la inclusión de estudiantes jóvenes y adultos en la modalidad EJA en la Red de Educación Pública y Regular. En cuanto a la naturaleza de este trabajo de investigación, es una revisión bibliográfica y exploratoria, y la investigación se lleva a cabo entre marzo y julio de 2020. Con respecto a la legislación nacional, más precisamente la Ley de Directivas y Bases de la Educación Nacional, se garantiza el derecho de acceso y permanencia a una educación de calidad y la educación gratuita obligatoria de EJA es obligatoria. Por lo tanto, la implementación de políticas educativas públicas es de gran importancia y para que tengan éxito y logren sus objetivos, es esencial tener un ambiente de acción educativa, que es la escuela, que funciona como comunidad. articulando diferentes partes de un proceso complejo: estudiantes, maestros, sirvientes, padres, vecindario y estado. Un nuevo pensamiento sobre EJA trae preguntas sobre la historia del estudiante al entorno escolar, porque hay muchas razones que llevan a estos estudiantes a darse por vencidos, así como a volver a estudiar. Por lo tanto, la modalidad de enseñanza EJA permite atender a un público al que se le ha negado el derecho a la educación durante un período de la vida, ya sea debido a una deficiencia en el sistema educativo regular y debido a problemas personales del estudiante.

**Palabras clave:** Educación de jóvenes y adultos, Inclusión, Políticas públicas, Educación regular.

## INTRODUÇÃO

A vida em sociedade é complexa e envolvem diferentes interesses que geram conflitos, assim para tornar possível a convivência, os conflitos precisam e devem ser administrados. O presente artigo apresenta como problema de pesquisa partindo do seguinte questionamento: quais desafios para inclusão dos jovens e adultos no desenvolvimento de políticas públicas na modalidade EJA<sup>2</sup>? Em virtude deste problema de pesquisa para este trabalho, escolhi restringir essa preocupação a um objetivo geral mais específico, qual seja: evidenciar a importância de políticas públicas eficazes para a

---

<sup>2</sup> A partir deste momento lê-se como Educação de Jovens e Adultos que pode ser compreendido como um programa do governo que visa oferecer o Ensino Fundamental e Médio para pessoas que já passaram da idade escolar e que não tiveram oportunidade de estudar.



inclusão dos alunos jovens e adultos na modalidade EJA na Rede Pública e Regular de Ensino.

Esta pesquisa é relevante por acreditar que a implementação de políticas públicas referente à modalidade de ensino de EJA vem ao sistema de ensino, ter uma grande relevância para a sociedade por ser um mecanismo de atendimento a um público ao qual foi negado o direito à educação durante um período da vida; seja por deficiência do sistema de ensino regular, seja por falta de incentivo do berço familiar, ou simplesmente pelo fator trabalho e talvez, por vários outros motivos ainda não conhecidos.

Desta forma, é importante evidenciar que através da modalidade EJA, pode-se incluir no sistema de ensino alunos que foram por alguns motivos foram excluídos. Logo, através desta modalidade pode-se confirmar que tratar as pessoas com igualdade vai muito além de oferecer as mesmas circunstâncias para quem a vida deu características diferentes. Então, em virtude disso, é esperado que a escola ofereça um tratamento igualitário, mas respeitoso, sobretudo, quando se fala em atender as peculiaridades de cada discente incluído na Educação Regular não distinguido pela modalidade que estejam inseridos .

A escolha do título deste trabalho “A educação de jovens e adultos – EJA: como política pública educacional no Brasil” originou-se devido as nossas inquietações referente às dificuldades encontras por nós professores, gestores e pais no que se refere à inclusão dos alunos com distorção idade-série na modalidade EJA nas escolas públicas brasileiras. Assim, acreditamos na relevância desta pesquisa por considerar que os possíveis panoramas que possam ser revelados por esta pesquisa contribuam para futuras pesquisas e sirvam como elementos de bases para que a (re) formulação de novas políticas públicas para o funcionamento e melhorias na inclusão de todos, de forma verdadeira e efetiva, possibilitando repensar em melhorias para o que o processo de ensino-aprendizagem seja atingido e eficaz oferecendo uma educação de qualidade para todos.



Desta forma, as políticas públicas por serem diferentes das decisões públicas, envolvem mais que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas na sociedade.

Após esse exercício, a autora apresenta o seu entendimento sobre as políticas públicas como sendo:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

Pelo exposto, percebe-se que há um conjunto de conceitos de políticas públicas, sendo que Sérgio de Azevedo (2003) construiu um conceito didático para a sua compreensão: tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, bem como os impactos de sua ação ou omissão. Assim, se um governo não faz nada em relação a alguma coisa emergente isso também é uma política pública, pois envolveu uma decisão.

As políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores, sendo concebida como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil. É a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

Dentro dessa perspectiva, pode-se inferir que a política pública envolveria mais do que uma decisão e requereria diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar decisões tomadas. Conclui-se, nesse sentido, que as políticas públicas representam os instrumentos de ação dos governos, numa clara substituição dos "governos por leis" pelos "governos por políticas". O fundamento mediato e fonte de



justificação das políticas públicas é o Estado social, marcado pela obrigação de implemento dos direitos fundamentais positivos, aqueles que exigem uma prestação positiva do Poder Público.

O histórico das iniciativas de modernização neste campo demonstra um elevado grau de fragmentação e descontinuidade de ações com o conseqüente desperdício de recursos e resultados insuficientes. As políticas públicas sejam elas sociais e ou educacionais tornaram-se uma categoria de interesse sócio jurídico.

Sendo assim, nesse sistema para que as políticas públicas educacionais tenham bom êxito e alcance os seus objetivos, é imprescindível a existência de um ambiente próprio do fazer educacional, que é a escola, que funciona como uma comunidade, articulando partes distintas de um processo complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado (enquanto sociedade política que define o sistema através de políticas públicas). Portanto, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem.

De acordo com o posicionamento de Schlegel (2011), é preciso ter em mente que a determinação do comportamento político é multicausal. A educação é uma variável explicativa de grande relevância na conformação das atitudes políticas, mas está longe de ser a única. E, para tanto:

Orientações geracionais, fatores institucionais e conjunturas históricas são exemplos de outros fatores que podem determinar que um indivíduo seja mais ou menos ativo politicamente ou tenha maior ou menor adesão aos princípios democráticos, seja mais ou menos tolerante. De outro lado, já discutimos como a educação impacta o comportamento político por mecanismos que não geram exclusivamente ganhos aditivos e cumulativos. É possível pensar que, se todos os cidadãos de dada comunidade experimentarem aumento equivalente em sua escolaridade, a posição relativa de todos permanecerá intocada; assim, sua motivação para participar tenderia a seguir a mesma, apesar do aumento absoluto na escolarização. (SCHLEGEL, p, 12, 2011).



Assim sendo, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, como uma das modalidades de ensino em programas de políticas públicas educacionais, representa uma alternativa de volta aos estudos, a indivíduos aos quais, de alguma forma, foram privados os direitos de frequentar a escola e construir seu próprio conhecimento, como ressaltam Scortegagna e Oliveira (2006). A modalidade de ensino de EJA vem ao sistema de ensino, ser mecanismo de atendimento a um público ao qual foi negado o direito à educação durante um período da vida; seja por deficiência do sistema de ensino regular, seja por falta de incentivo do berço familiar, ou simplesmente pelo fator trabalho.

No que diz respeito à legislação nacional, mais precisamente a LDB<sup>3</sup> da Educação Nacional, o direito de acesso e permanência à educação de qualidade é assegurado de acordo com o Art. 37. Em seu § 1º, na nova LDB percebe-se a obrigatoriedade da gratuidade do ensino de EJA:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante Cursos e exames (BRASIL, 1996).

Sendo assim, a escola tem o desafio de oferecer aprendizagem significativa, incentivando a participação e o interesse do aluno. Construir uma educação de jovens e adultos comprometida com a formação humana, que em suas concepções e seus processos pedagógicos considere quem são esses sujeitos, respeite e valorize suas especificidades, requer o comprometimento de todos os envolvidos no processo. “A

---

<sup>3</sup> A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira** (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior). Na história do Brasil, essa é a segunda vez que a educação conta com uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamenta todos os seus níveis. A primeira LDB foi promulgada em 1961 (LDB 4024/61). A LDB 9394/96 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.



Educação de Jovens e Adultos tem um papel fundamental na socialização dos sujeitos, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e afirmação de sua identidade cultural” (SEED-PR, DCE/EJA, 2006, p. 29).

A Educação de Jovens e Adultos deve ser tratada juntamente com outras políticas públicas e não isoladamente. Contudo, é prudente que:

Mesmo reconhecendo a disposição do governo em estabelecer umas políticas amplas para EJA, especialistas apontam a desarticulação entre as ações de alfabetização e de EJA, questionando o tempo destinado à alfabetização e à questão da formação do educador. A prioridade concedida ao programa recoloca a educação de jovens e adultos no debate da agenda das políticas públicas, reafirmando, portanto, o direito constitucional ao ensino fundamental, independente da idade. Todavia, o direito à educação não se reduz à alfabetização. A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade no ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfabetização por si só promove o desenvolvimento social e pessoal há muito foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde. (VIEIRA, 2004, p. 85-86).

Novo enfoque está sendo dado à educação de jovens e adultos. Sendo assim em concordância com ARABACE (2001), é necessário superar a ideia de que a EJA se esgota na alfabetização, desligada da escolarização básica de qualidade. É também necessário superar a descontinuidade das ações institucionais e o surgimento de medidas isoladas e pontuais, fragmentando e impedindo a compreensão da problemática. É preciso desafiar o encaminhamento de possíveis resoluções que levem à simplificação do fenômeno do analfabetismo e do processo de alfabetização, reduzindo o problema a uma mera exposição de números e indicadores descritivos. Visualizar a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a ela recorrem torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional.



Segundo (FREIRE, 2002, p. 58) a relação professor-aluno deve ser:

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem.

A pedagogia histórico-crítica, ao propor a assimilação dos conteúdos a partir dos saberes individuais, preconiza a necessidade da prática na educação profissional. Ainda no que diz respeito à socialização dos conteúdos e das práticas, agora no que diz respeito também ao núcleo técnico das atividades do PROEJA, Santos (2010, p.30) reafirma que: “Oficinas, saídas de campo, visitas técnicas, precisam adentrar ao currículo do PROEJA, possibilitando fruição aos bens culturais que os alunos da EJA há tanto tempo foram cerceados”.

Fazendo uma reflexão sobre a educação de jovens e adultos acabamos reconstruindo a memória de todas as ações já desenvolvidas em torno da educação popular e dos programas desenvolvidos.

A educação de jovens e adultos é uma modalidade complexa porque envolvem dimensões que transcendem a questão educacional. O professor que se propõe a trabalhar com adultos devem refletir criticamente sobre sua prática tendo também uma visão ampla sobre a sala de aula, a escola deve ampliar a sua reflexão sobre como e para quem ensinar, pensando sobre sua prática como o todo, precisa-se resgatar junto ao aluno sua história de vida registrada nas suas experiências.

Um novo pensar sobre a EJA traz para o âmbito escolar questões sobre o histórico do aluno, pois, existem muitos motivos que levam esses alunos a estudar como exigências financeiras tecnológicas e competitivas do mercado de trabalho. Pode-se pensar também que outras motivações levam os jovens e adultos para a escola, como a



satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade, a dignidade que traz autoestima e a sensação de vencer as barreiras da exclusão.

Portanto, analisando a realidade a educação brasileira pode observar que os números são assustadores e preocupantes a situação atual demonstra que o Brasil ainda não consegue garantir na prática a educação para todos.

## **METODOLOGIA**

É de suma importância que a pesquisa seja feita com base em planejamento e imparcialidade, mesmo àquelas que não usarão de Pesquisa de Campo, ou seja, mesmo as pesquisas de cunho bibliográfico. (LUIZ, 2009, p. 63).

Andrade (1999) explica que a metodologia de um trabalho científico deve ser entendida como sendo um conjunto de técnicas atreladas a métodos e tendo por finalidade a investigação de possibilidade (também chamadas de hipóteses), sendo determinante a observação de cada uma das etapas que antecedem a constituição do trabalho propriamente dito.

No que se concerne à natureza desse trabalho de pesquisa, é de revisão bibliográfica e exploratória, sendo realizada a pesquisa do dia 10 de março a 30 de julho de 2020, utilizando a busca através das palavras chaves: Educação de jovens e adultos, Inclusão, Políticas públicas, Educação regular. No entendimento de Gil (1999, p.65) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...] parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisa bibliográfica”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em concordância com Martins e Martins (2012) o jovem ou o adulto que busca instrução acadêmica provém de um estímulo externo, quer seja pela simples necessidade de conhecer as ciências básicas, para o cotidiano, quer seja para buscar atividades profissionais que exijam minimamente escolaridade.



No entanto, de acordo com Barcelos (2010, p. 9), a escola ainda não está preparada, totalmente, para a acolhida destes jovens: “quando retornam às escolas, não se sentem acolhidos e envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e nas relações entre as pessoas que são e fazem a escola”.

Gadotti (2008, p. 66) é enfático ao contextualizar historicamente o conceito de cidadania e afirmar que “a educação para a cidadania deve ser entendida hoje, no Brasil, a partir de um movimento educacional concreto, acompanhado por uma particular corrente do pensamento pedagógico”.

O conhecimento do processo de aprender do educando jovem e adulto, de suas características sociais, psicológicas e culturais, deve desencadear nos professores a manifestação de um compromisso com a necessidade de reorganização do trabalho pedagógico com a finalidade de promover a apropriação dos conceitos científicos e proporcionar uma educação em que possam afirmar-se como sujeitos ativos, críticos e criativos e aos alunos que aderirem a esta modalidade o compromisso de mudança de comportamento, dando importância e tendo responsabilidade para seu aprendizados levaram.

Conseqüentemente, cada aluno que ingressa da modalidade EJA sabe quais foram os motivos que os levaram a desistir dos estudos, mesmos que temporariamente, sendo excluídos do processo ensino-aprendizagem. Perante a isso cabe à sociedade civil ser mais participativo e cobrar mais das representações políticas, para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É oportuno lembrar que todos podem e devem contribuir para o desenvolvimento da EJA: os governantes devem implantar políticas integradas para a EJA, às escolas devem elaborar um projeto adequado para seus próprios alunos e não seguir modelos prontos, os professores devem estar sempre atualizando seus conhecimentos e métodos de ensino, os alunos devem valorizar a oportunidade que estão tendo de estudar para ampliar seus conhecimentos. E, de modo geral cabe à sociedade contribuir com a EJA não discriminando essa modalidade de ensino nem seus alunos.



A partir deste pensamento, embora, as políticas públicas sejam decisões do governo que influenciam a vida de um conjunto de cidadãos. A partir de atos que o governo faz ou deixa de fazer e os efeitos que tais ações ou inações provocam na sociedade. O processo de políticas públicas numa sociedade democrática é extremamente dinâmico e para sua eficácia conta com a participação de diversos vários níveis de cidadãos. No entanto, o desejável é que todos os afetados e envolvidos em política pública participem o máximo possível de todas as fases desse processo: identificação do problema, formação da agenda, formulação de políticas alternativas, seleção de uma dessas alternativas, legitimação da política escolhida, implementação dessa política e avaliação de seus resultados.

Políticas públicas devem ser entendidas como o "Estado em ação", ou seja, é o Estado implantando um projeto de governo, por intermédio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade, como por exemplo, o educacional.

Entretanto, embora haja, ainda, muito preconceito em relação à EJA é inegável o benefício que essa modalidade de ensino tem prestado às pessoas que não puderam estudar na época apropriada. Além de constatar que a EJA é uma educação possível. Ao longo dos anos, o avanço da tecnologia e da economia tem feito com que as pessoas sintam necessidade de retornar à sala de aula para aprimorar seus conhecimentos ou conseguir um diploma atestando uma escolarização mais elevada. Cabe, portanto, aos governantes fazerem garantir aos cidadãos os seus direitos e implementar políticas públicas respeitando a realidade regional do país e dos cidadãos que nela estão inseridos.

Como sugestões para futuras pesquisas, podem ser realizados outros estudos utilizando os mesmos moldes ou pesquisa de campo com diferentes públicos da comunidade escolar, buscando opiniões diferentes para comparar resultados.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico:** Elaboração de Trabalhos na Graduação. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.



ARBACHE, Ana Paula Bastos. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas:** discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BARCELOS, Valdo. **Educação de Jovens e Adultos:** currículos e práticas pedagógicas. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. Lei n.º 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.** Brasília, 1996.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 10ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã.** 12 ed. São Paulo: Cotez, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LUIZ; Bervian,. **Metodologia Científica.** 5ed- São Paulo: Prentice Hall, 2009.

MARTINS, Roseli de Souza; MARTINS, Guilherme Henrique. **Reflexões acerca das tendências pedagógicas liberais e progressistas e sua fundamentação para o PROEJA.** Momento, Rio Grande, V. 21, n.1, P. 99-111, 2012.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná.** Curitiba: SEED-PR, 2006.

SANTOS, Simone Valdete dos. **Possibilidades para a EJA, possibilidades para a educação profissional:** o PROEJA. Revista de Educação, Ciência e Cultura. Canoas, V. 15, n. 02, 2010.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Educação de jovens e adultos no Brasil:** uma análise histórico-crítica. Revista Eletrônica de Ciências da Educação. Campo Largo, V. 5, n. 2, 2006.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil.** Universidade de Brasília, Brasília, 2004.